Boa tarde / noite Comissão

Agradeço imensamente as sugestões dos avaliadores. Asseguro que atendi a grande maioria. Apenas algumas não foram contempladas, mas justifico ou solicito ajuda.

Outra parte das observações ocorridas no texto se refere ao fato do meu texto ser escrito no português do Brasil, que, em alguns casos, difere do português de Portugal.

Estou enviando o Texto com as observações do 1° e do 2° avaliador e as minhas alterações para atender tal demanda. Acredito que ficará fácil a observação.

Caso esta forma não atenda a necessidade, enviarei o relatório do que foi alterado

**Alterações:**

Linha 37

É possível pensar o espaço através de vários prismas, como o econômico, o político, o social, etc. Em Portugal, existem várias regiões demarcadas onde se cultiva a vinha e se produz o vinho, dentre elas, a Alentejo, o Douro e a Estremadura.

Linha 64.

Nesse contexto, há vários acordos, tratados, instituições formais e organizações que constituem elementos fundamentais para operacionalização da produção e comércio do vinho do Porto.

Linha 80/2

Na tentativa de estabelecer um entendimento entre as relações urbano-rurais na RDD, defendemos que o essencial está associado ao vinho, e não é possível dissociá-lo do território nem das cidades mais importantes,

Linha 88/91

 O período de análise é o século passado e os primeiros 15 anos do século atual, embora em algumas ocasiões voltemos um pouco mais no tempo para garantir a compreensão do processo.

L 97/100

Com a questão teórica aprofunda-se o entendimento sobre a governança e a abordagem institucionalista, procurando se estabelecer diálogo entre elas, por meio das políticas públicas portuguesas específicas para o setor de vitivinicultura.

L 118/119

Apesar da existência de textos e teorias sobre a abordagem institucionalista e a governança trabalhadas de forma individualizada

L 132/138

Para Veblen (1965), a abordagem institucionalista apresenta uma visão histórica e evolutiva do processo de transformação econômica e social, e adota como ponto de partida da análise a sociedade com seus comportamentos. Essa teoria atribui grande importância ao poder e ressalta o papel do Estado, destacando os sistemas ideológicos e de poder expressos nas esferas política e governamental, como variáveis que determinam a evolução do processo de desenvolvimento.

L 152/155

Ampliando o conceito de instituição econômica, North (1990) aponta a existência de regras formais e informais. A última torna-se relevante, uma vez que são consideradas como informações passadas de geração em geração, constituindo parte da cultura de um grupo.

L 161/167

De modo geral, as instituições formais mudam em menor espaço de tempo e precisam da ação coerciva do Estado para a mudança, enquanto as instituições informais dependem da vontade, da crença de seus seguidores – a sociedade. As crenças não mudam em espaços de tempo curtos, ao contrário, demoram para se consolidar. Enfim, as instituições (formais e informais) têm o papel de restringir o processo de decisão de cada agente (Alston, 1999, citado em Barcelos, 2003: 6).

L 168/201

A perspectiva institucional na geografia é evidenciada por Martin (2000: 79) quando distingue os conceitos de ambiente institucional e arranjo institucional. O conceito de ambiente institucional, compreendido como sistema formal e informal de normas e convenções, atua como suporte para o aproveitamento de recursos específicos no território, permitindo evidenciar mecanismos de coordenação.

A noção de arranjo institucional, por sua vez, denota uma forma particular de organização, como as agências reguladoras, as companhias de desenvolvimento regional, os consórcios municipais etc., que apoiam a formação de um território. O interesse por esses conceitos reside no entendimento de como as organizações econômicas, políticas e sociais surgem, funcionam, evoluem e criam arranjos influenciados pelo ambiente institucional. Torna-se clara a grande influência dos trabalhos de North e Williamson na abordagem institucional da geografia.

North estende sua análise às organizações, que, assim como as instituições, proveem estrutura para interação humana, mas com elas não se confundem. Segundo ele,

[...] as organizações se compõem de grupos de indivíduos unidos por um propósito comum. As organizações são políticas (partidos políticos, congressos, agências reguladoras), econômicas (empresas, sindicatos, cooperativas), sociais (igrejas, clubes, associações) e educativas (escolas, universidades) (1993: 7-8).

Partindo dessa concepção, North distingue instituições e organizações: as primeiras como as regras do jogo; e as últimas como os jogadores. Posteriormente, ele afirma que as instituições determinam as organizações e vice-versa (1992: 13-24). Em outras palavras, quando ocorrem alterações, é gerada, temporariamente, uma situação de desequilíbrio, que leva os agentes a repensar novas organizações e instituições que estejam adaptadas à situação presente. As organizações políticas ou econômicas competem para transformar as instituições da maneira que mais atenda a seus interesses.

Há um diálogo entre a realidade institucional do Douro vinhateiro e o entendimento institucionalista.

L 210/211

As organizações citadas constituem elementos fundamentais deste Estado na aplicação e cumprimento da lei no processo de gestão do território.

L 288/289

efeito a necessidade da existência de dispositivos institucionais que a favoreçam.

1. GOVERNANÇA NO DOURO

É possível observar um padrão institucional na Região Demarcada do Douro, no que tange ao uso do solo agrícola e à organização da produção. Dois usos refletem de modo claro esse padrão: o cultivo da vinha e a produção do vinho. Pereira (2008), afirma que na longa história da Região Demarcada do Douro e do sistema de regulação da produção e do comércio dos seus vinhos, determinada pelo alvará régio de 10 de Setembro de 1756, começaram a ser tomadas as primeiras medidas legislativas, visando organizar e controlar a produção e o comércio de alguns dos vinhos mais prestigiados, no sentido de proteger a sua qualidade e reputação.

L 309

Tradição e mudança

L 313/16

Adentrando a análise, chamar a atenção para a especificidade da RDD em seu processo histórico de plantio e produção vinho e, ao mesmo tempo, mostrar que as mudanças foram paulatinamente implantadas garantindo a competitividade e a tradição no saber fazer.

L 321/3

. Martins (1988) reitera que o vinho do Porto constitui, sem dúvida, o mais importante produto da história econômica portuguesa dos últimos três séculos.

L 385

A superação parcial dessa crise instalada veio em 2003,

L 397/8

Percebem-se, pois, alterações ao longo do tempo. A emergência das políticas neoliberais acabará por vingar,

L409/11

O modelo de cooperativas não deu certo, e, por conta de resultados financeiros insuficientes, os associados se desvinculam delas.

L 412/15

Hoje, as grandes firmas são obrigadas a comprar as uvas dos pequenos produtores para atender à demanda. Se o benefício acabar, a partir daí cada firma produzirá a quantidade de vinho do Porto que achar pertinente. O que acontecerá com os pequenos produtores?

L 449/51

Isso nos leva a perceber a lenta transformação no campo para um quadro de desigualdade socioeconômica, confirmado por indicadores do IVDP, acima citados.

L 452/468

De acordo com os dados do IVDP (2014), a Região Demarcada do Douro possui 23.464 viticultores, totalizando 43.805 hectares, distribuídos entre várias categorias. Os produtores com até 1 hectare são 15.114 e ocupam uma área de 5.726 hectares. No outro extremo, estão os que operam acima de 20 hectares, representados por apenas 259 produtores, que ocupam uma área de 11.168 hectares, ou seja, quase o dobro do grupo anterior. Para melhor visualização da realidade em questão, às grandes propriedades representam apenas 1% do total de exploradores, detendo 25% da área total. (fig1) Enquanto isto, 64% dos exploradores ocupam apenas 135 da área. Revela-se concentração fundiária, com um pequeno número de proprietários explorando uma enorme porção de terras. Em entrevista, pode saber-se que 32 quintas que ocupam uma área de 2.000ha pertencem a apenas a um grupo, e 600ha de vinha pertencem a outro grupo.

Figura 1 – Exploradores por Área (%).

Região Demarcada do Douro, 2014.

Fonte: Adaptado de IVDP, 2014. Consulta em: 09 out. 2015.

L 470

A expansão de grupos fortes e o apoio dado pelo Estado podem remeter a outra região do Nordeste brasileiro, a Zona da Mata,

L488/92

Como se explica a existência de concentração fundiária hoje em Portugal, “país desenvolvido”?

Apesar da desigualdade existente, não há pobreza de facto, tratando-se da RDD. Como vivem as pessoas que estão na base da economia do vinho? No Douro, consegue-se garantir um padrão de vida satisfatório

L498/99

Por outro lado, os idosos têm reformas e, acrescentando-se a elas os rendimentos oriundo do vinho,

L 507/15

. O poder local, a municipalidade, as câmaras, são importantes e vivenciam concretamente o dia a dia do território, mas não têm influência direta no processo de governança do negócio do vinho como definidor de regulamentos. Percebe-se que o negócio do vinho acontece no nível local, mas sua importância econômica extrapola essa dimensão, alcança a cidade do Porto e a de Vila Nova de Gaia e até a economia nacional que por sua vez encontra-se atrelada aos regulamentos da União Europeia.

Na região, o Estado ainda é forte, dentre outras razões, por via de poderes desconcentrados do Estado, tutelados indiretamente pelos ministérios.

L 518

O controlo do mercado, pode abordar-se de duas formas.

L583/95

No caso específico, do negócio do vinho do Douro, a política agrícola europeia volta-se para resolver a questão do excedente de vinho existente no mercado. Isso ocorre mediante acordo possível com normatização dos preços dos vinhos para transformar o vinho excedente em aguardente vinícola a um custo adicional, que seria subsidiado. A Itália, a Espanha e a França aprovaram o uso dos subsídios europeus, todavia, essa política não foi implementada em Portugal. ara os grupos portugueses, mesmo com subsídios, tal política não seria rentável, posto que deixariam de pagar 150 euros a pipa para pagar 500 euros por ela. Por outro lado, numa escala maior, resolvia-se o problema da produção excedente de vinhos, transformando-a em aguardente. Entende-se que no modo capitalista de produção as grandes firmas manipulam e controlam o que lhes é conveniente. São algumas das estratégias usadas para se manter no mercado com vantagens competitivas.

L609/10

A transformação na Casa do Douro deve ser associada ao modelo de política que houve nos anos 90 do século passado.

L627/43

A cadeia de abastecimento dos vinhos do Douro vem desde as vinhas até os mercados, e, neste contexto, há uma luta pelo poder por meio do estabelecimento do preço, da quantidade a ser produzida, do escoamento dos excedentes ou não. E mais: Onde se encontram os verdadeiros centros de decisão? Em Nova York, na sede de uma grande empresa de distribuição internacional. E, se são eles que dominam, podem criar mercados conjunturais imateriais, como, por exemplo, o valor de um vinho algumas vezes definido por uma revista internacional. Nesse mesmo contexto, pode ser visto o papel da União Europeia, em larga medida dependente de quem determina as taxas de juros, o valor dos *spreads* e as políticas de inflação ou deflação.

Entretanto, percebe-se a autonomia do Estado Português em relação à denominação de origem do vinho, mas Portugal tem de se enquadrar nas diretrizes da União Europeia, fazendo os devidos ajustes na legislação. Isto é uma das exigências básicas para se manter no bloco. A título de exemplo, no que diz respeito aos investimentos futuros em Portugal a União Europeia aponta que não haverá investimento para a infraestrutura viária, pois segundo o entendimento de Bruxelas a prioridade, no momento, será para a cultura.

L662/64

Neste sentido, em termos de equilíbrio na participação, o processo de governança não ocorre de forma plena, embora não esteja apenas esta variável em questão,

L721/29

Finalmente, importa fazer a pergunta: como é que em que esteo estudo da região do Douro pode contribuir stituir referência para pensar a realidade da cadeia produtiva da vitivinicultura do Submédio São Francisco? As realidades são distintas em vários aspectos, dentre eles, a antiguidade do processo de cultivo e produção do vinho, a regulamentação profunda, lógica de produção e especificidade de solo, clima e castas. A partir disso, interessa-nos, todavia, não tanto a comparação, mas a aprendizagem pela diferença. Por isso, nosso olhar sobre o Douro é de aprendizagem e de, pela compreensão do outro, conhecermo-nos melhor. RETIRADO

Referência bibliográficas.

Faltam referências bibliográficas incontornáveis. Por exemplo:

**Manuel Carvalho** (2006) Ilha de Xisto – Guia do Douro e do Vinho do Porto, Pedra da Lua, Almoçageme.

## Ana Lavrador (2011) Paisagens de Baco. Identidade, Mercado e Desenvolvimento – Regiões Demarcadas: Vinhos Verdes, Douro, Dão, Bairrada e Alentejo, Edições Colibri, Lisboa

 **António Barreto** (1993) Douro, Edições INAPA, Lisboa.

Rita Alcântara

Aceito as observações, entretanto estando no Brasil se tornou impossível conseguir via internet. Aliás, consegui apenas o documento de Ana Lavrador sobre os vinhos verdes.

Peço imensas desculpas.